

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS NO ESTADO DO AMAZONAS

**Rubem Cesar Rodrigues Souza*

Betsy Eddy Praia Moraes

Cristiane Daliassi Ramos de Souza

*Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico da
Universidade Federal do Amazonas
Manaus Energia S/A

Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico da
Universidade Federal do Amazonas

1. RESUMO

O baixo nível da demanda elétrica a ser suprida nas comunidades isoladas amazônicas, associado ao baixo poder aquisitivo dessas populações e ainda aos altos custos para eletrificação destas, impõem a implementação de ações concretas de geração de emprego e renda quando se pretende assegurar a universalização do serviço de energia elétrica em comunidades isoladas amazônicas, como é caso do Programa Luz para Todos. O presente trabalho apresenta o trabalho que está sendo desenvolvido pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos no Estado do Amazonas, demonstrando que é possível assegurar bons resultados desde que seja viabilizado o envolvimento efetivo de diversos agentes.

2. ABSTRACT

The low level of the electric demand to be accomplished in the isolated amazonian communities, associated to the low purchasing power of those populations and the high costs for electrification of these, they impose the implementation of concrete actions of generation of job and income when it intend to assure the universalization of the electric power service in isolated Amazonian communities, as in the case of the program “Luz para Todos”. The present article shows that is being developed by the committee state manager of the program “Luz para Todos” in the amazon state, demonstrating that it is possible to assure good results since the effective involvement of several agents is made possible.

3. INTRODUÇÃO

Universalizar o serviço de energia elétrica na região Amazônica de maneira sustentável é um desafio que transcende em muito as questões tecnológicas. As condições sócio-econômicas exigem a definição de estratégias claras e factíveis para geração de emprego e renda. Nesse artigo discorre-se acerca do trabalho que está sendo desenvolvido no âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Amazonas, com a perspectiva de viabilizar as denominadas ações integradas, as quais devem assegurar a

inclusão social de populações ainda não eletrificadas, bem como, a sustentabilidade econômica do Programa.

4. AÇÕES INTEGRADAS

As denominadas Ações Integradas – AI's consistem em um trabalho de alinhamento de políticas públicas disponíveis no âmbito municipal, estadual e federal, desenvolvido pelo Comitê Gestor Estadual, com o objetivo de assegurar a inclusão social com foco na geração de emprego e renda.

Como a estratégia estabelecida consiste em se valer de políticas já existentes não há recursos alocados no âmbito do PLpT para desenvolvimento das mesmas.

Estas podem preceder ou não a ação de eletrificação de uma determinada comunidade.

Com a perspectiva de demonstrar a factibilidade da estratégia o Ministério de Minas e Energia busca implantar os denominados Centros Comunitários de Produção – CCP, agregando diversos agentes nesse processo.

5. HISTÓRICO

Desde seu início, no ano de 2004, o Programa Luz para Todos – PLpT no Estado do Amazonas só implementou uma ação no contexto das ações integradas. A referida ação consistiu em implantar um Centro Comunitário de Produção - CCP no Assentamento Iporá no município de Rio Preto da Eva a 130 km de Manaus, com o objetivo de produzir farinha de mandioca e seus derivados, além de banana desidratada. O projeto foi financiado com recursos viabilizados através do Ministério de Minas e Energia ficando a carga diretamente deste o desenvolvimento das ações de implantação e de articulação com instituições parceiras. Apesar disso, embora toda a infra-estrutura esteja implantada, há um sério problema de gestão do processo produtivo. Vale observar que a gestão de tais processos representa possivelmente o maior desafio a ser enfrentado para a viabilização de projetos sustentáveis.

No início do segundo semestre de 2007, diante da constatação de um índice elevado de inadimplência, em torno de 70%, daqueles atendidos no âmbito do PLpT, o comitê gestor estadual decidiu por atuar mais efetivamente para viabilizar as AI's.

6. O PLANO DE AÇÕES INTEGRADAS PARA O ESTADO DO AMAZONAS

O comitê gestor estadual decidiu por constituir uma comissão para elaborar e desenvolver um plano de ações integradas. Ficou sob a responsabilidade da Universidade Federal do Amazonas, a coordenação da referida comissão. A metodologia definida consistiu das etapas descritas a seguir.

Etapa 1: Visita as instituições de âmbito municipal, estadual e federal nas áreas de educação, saúde, produção, meio ambiente, agrária e outras. Com isso pretendia-se sensibilizar os dirigentes com relação a importância das ações integradas para sustentabilidade do PLpT e ainda, evidenciar a necessidade de envolvimento das instituições para o sucesso do Programa. Essa ação redundou na indicação de representantes para participarem da etapa seguinte da metodologia;

Etapa 2: Reunião com os representantes das entidades. Objetiva-se, no primeiro momento, dar conhecimento acerca das ações que vinham sendo desenvolvidas no contexto das ações integradas em todo o Brasil, além de conhecer as ações que vinham sendo desenvolvidas pelas diferentes entidades, bem como, os problemas que vinham encontrando para atingir seus objetivos institucionais. Dessa forma foi possível explicitar que se fazia necessário, mesmo fora do contexto do PLpT, a integração entre as instituições para que essas atingissem o sucesso pretendido em suas ações. No segundo momento, discutiu-se com os representantes uma metodologia para efetivação de um exercício de ações integradas de modo a assegurar o aprendizado necessário para estabelecer um plano com maior extensão. Adotou-se então os seguintes critérios para escolha de comunidades que serviriam de embrião para o exercício da prática das ações integradas:

- Algumas comunidades que estivessem na área de concessão da Manaus Energia S/A e outras que estivessem na concessão da Companhia Energética do Amazonas – CEAM, e;
- Comunidades que contassem com uma entidade responsável institucionalmente pelo seu desenvolvimento. Dessa forma, a entidade responsável seria aquela que capitanearia o processo de desenvolvimento das ações integradas sem descaracterizar seus objetivos institucionais. Além disso, esta poderia replicar as experiências de sucesso junto a outras comunidades que estejam em sua área de competência.

Assim, foram escolhidas as comunidades localizadas nos Assentamentos Tarumã-Mirim (Manaus); Aquidabam (Manacapuru), Panelão (Autazes) e Morena (Presidente Figueiredo) sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Foram escolhidas ainda, as comunidades Pari Cachoeira (São Gabriel da Cachoeira), São Sebastião (Atalaia do Norte), Marmelo (Humaitá), Ponta Alegre (Barreirinha) e Belém do Solimões (Tabatinga), sob a responsabilidade da Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI. A FEPI consiste em um órgão estadual responsável pela condução da política indigenista no Estado do Amazonas. Além das localidades mencionadas foi incluída uma comunidade quilombola denominada Tambor, localizada no município de Novo Airão.

Etapa 3. Reunião com os comunitários. Essas reuniões se darão nas próprias comunidades contando com a participação das diversas entidades que compõem a rede de parcerias. O objetivo das reuniões consiste no conhecimento *in loco* das demandas das comunidades e a verificação das condições locais.

Etapa 4. Definição da agenda de compromissos. Uma vez realizada as reuniões com os comunitários, ocorrerão reuniões na sede da concessionária com o intuito de definir uma agenda de compromissos para solução dos problemas identificados.

Etapa 5. Implementação e acompanhamento da efetividade das ações. A equipe de ações integradas do Comitê Gestor fará o acompanhamento da implementação das ações ao mesmo tempo que dará o suporte necessário na eventualidade de surgirem dificuldades.

Uma vez vivida essas experiências será elaborado um plano mais amplo, buscando envolver novos atores no processo.

7. RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados ainda são parciais, porém, animadores.

Foram realizadas, até o momento, visita ao Assentamento Tarumã-Mirim, localizado na área de concessão da empresa Manaus Energia S/A e ao Assentamento Morena na área de concessão da Companhia Energética do Amazonas - CEAM. Essas localidades já foram atendidas pelo PLpT através da extensão da rede elétrica.

Da visita ao Assentamento Tarumã-Mirim merece destaque as seguintes constatações:

- Diversos treinamentos estão sendo levados a efeito sobre diversos temas e sob responsabilidade de diferentes agentes sem que haja um foco definido para a aplicação dos conhecimentos transmitidos;
- A oferta do ensino médio está sendo assegurada por uma parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado. Apesar do Assentamento já ter sido eletrificado a escola ainda não está conectada a rede, uma vez que esta carece de extensão. Assim, o município através da sua secretaria de educação viabiliza a manutenção de um grupo gerador a Diesel, enquanto o Estado, através da sua secretaria de educação, fornece o combustível para o mesmo. Além disso, o estado fornece o transporte para os alunos;
- A má qualidade da energia elétrica fornecida prejudica o atendimento médico odontológico, devido a sua falta ou ainda a queima dos equipamentos. A Manaus Energia S/A alega dificuldade no acesso para fazer a manutenção requerida na rede uma vez que esta atravessa uma área de vegetação o que ocasiona, principalmente quando da ocorrência de chuvas, desligamento da mesma;
- Há uma agroindústria para produção de polpa de cupuaçu que ainda não foi posta para funcionar;
- Há um grande potencial para produção de hortaliças, no entanto, não existe apoio técnico e financeiros para exploração do mesmo.

Diante das constatações mencionadas, decidiu-se pelas seguintes ações:

- i) Solicitação a Secretaria Municipal de Obras que assegure as condições de acesso para que a Manaus Energia S/A possa viabilizar a manutenção da rede elétrica;
- ii) Reunião envolvendo as secretarias estadual e municipal de educação e ainda, o INCRA, para dar uma solução definitiva para os problemas identificados na área de educação;
- iii) Reunião com os assentados, o INCRA e as secretarias de produção do estado e do município para viabilizar as soluções para os problemas mencionadas.

Durante a visita ao Assentamento Morena, foi possível constatar os seguintes problemas:

- Falta de diálogo entre o INCRA e os assentados, levando estes a questionarem a seriedade dos técnicos daquela instituição;
- Existência de barreiras legais para que fosse levado a efeito os empreendimentos produtivos. Os assentados ainda não receberam autorização do INCRA para preparar o terreno para atividade agrícola;
- Falta de apoio financeiro para levar adiante as atividades produtivas. Existe uma infraestrutura para criação de peixe, no entanto, os assentados não dispõem de recursos financeiros para compra de alevinos e ração;

- Não existe um prédio para a escola nem posto de saúde;
- Não existe água encanada na vila. Há um poço cuja construção foi iniciada, porém, esta foi paralisada devido a problemas técnicos encontrados pela empresa executora. Atualmente alguns moradores se valem da água da chuva recolhida da cobertura da edificação onde funciona a sede da associação comunitária.

Diante desse quadro foram definidas inicialmente as seguintes ações:

- i) Reunião entre os assentados e a direção do INCRA para esclarecer uma série de denúncias e fatos ocorridos com prejuízo dos assentados;
- ii) O INCRA se responsabilizou em tomar as providências para conclusão da obra do poço ou construção de um novo poço;
- iii) O INCRA se responsabilizou em verificar as pendências a serem sanadas para assegurar a liberação de áreas para atividade agrícola;
- iv) O representante da Secretaria de Produção Rural – SEPROR se prontificou em verificar as condições para fornecimento de ração e alevinos para a produção de peixe;
- v) A representante da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA orientou os assentados no sentido de encaminharem solicitação a secretaria municipal de saúde para viabilizar a ocorrência de mutirão odontológico e médico mensal;
- vi) A Universidade Federal do Amazonas se prontificou em elaborar um projeto para instalação de uma fábrica de farinha de peixe, o que agregará valor substancial ao peixe produzido, devendo ser utilizado um forno a lenha inovador desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico – CDEAM da UFAM que proporciona uma redução de 50% no consumo de lenha com relação ao forno tradicional.

8. CONCLUSÃO

Muito embora ainda não tenha havido efetividade nas ações propostas, verifica-se a importância e necessidade do alinhamento das políticas públicas para que o Programa Luz para Todos venha a ser desenvolvido com sucesso na região amazônica.